

O GOLPE DE 1964 NO BRASIL PELAS PÁGINAS DO DIÁRIO DE LISBOA

THE 1964 COUP IN BRAZIL ACCORDING TO THE
NEWSPAPER DIÁRIO DE LISBOA

Thiago Fidelis

Docente da Universidade do Estado de
Minas Gerais - UEMG, *campus* Passos.

Resumo: O presente artigo tem como principal proposta discutir como a série de acontecimentos, culminando com a deposição de João Goulart da presidência do Brasil e a ascensão de Humberto de Alencar Castelo Branco como novo presidente, foram retratados no jornal *Diário de Lisboa*, uma das principais publicações portuguesas no período. Nessa perspectiva, a ideia é analisar como, a partir das notícias, textos e formas como esses foram relatados, Brasil era visto e retratado por essa publicação, levando em conta a difícil relação política entre os países, uma vez que a política externa brasileira era contrária às ações ultramarinas lusitanas, bem como ao modelo de governo, uma vez que o país ibérico era governado por Antonio Salazar, sob a égide do Estado Novo, desde o início dos anos 1930.

Palavras-chave: Golpe de 1964, *Diário de Lisboa*, João Goulart, Carlos Lacerda.

Abstract: The main purpose of this paper is to discuss how the series of events that resulted in João Goulart's deposition of Brazilian presidency, as well as in Humberto de Alencar Castelo Branco's rise as the new president were portrayed in the newspaper called *Diário de Lisboa*, one of the most famous Portuguese publications during this the period. From this perspective, the idea is to analyse how, based on the news, texts and strategies by which these events were reported, Brazil was seen and portrayed in Portugal. We take into account the difficult political relationship between both countries, considering that Brazilian foreign policy was contrary to Lusitanian overseas actions, not to mention the Portuguese government model, since the Iberian country was governed by Antonio Salazar, under the aegis of *Estado Novo*, since the early 1930s.

Keywords: 1964 coup, *Diário de Lisboa*, João Goulart, Carlos Lacerda.

1. Introdução

O início da década de 1960 foi um período bastante conturbado no Brasil. A Revolução Cubana, em 1959, acendera um sinal de alerta importante aos Estados Unidos e, a partir disso, a América Latina passou a constar no radar com mais intensidade, sendo a ameaça comunista uma constante a rondar o imaginário das elites brasileiras e também das lideranças estadunidenses (MONIZ BANDEIRA, 1973).

Paralelamente à situação internacional, a política interna brasileira também passara por imensos abalos e desencontros. Eleito em 1960, Jânio Quadros governou o país por menos de oito meses, tendo imensas dificuldades para estruturar o país economicamente, advinda da crise do fim do governo de Juscelino Kubitschek (JK) (BENEVIDES, 1976) e, sobretudo, pela sua falta de tato político ao negociar com o Congresso e com seus próprios ministros, terminando o governo isolado e sem interlocução (CHAIA, 1992).

Por fim, a sua Política Externa Independente (PEI), indicada como uma forma de retomar mercados até então fechados (por conta da dinâmica da Guerra Fria) e retomar o crescimento econômico. No entanto, essa postura “independente” frente à conjuntura internacional ocorria exatamente no momento em que os EUA apertava o cerco à possíveis medidas dessa forma ou de cunho nacionalistas na América Latina, levando a um choque inevitável. Carlos Lacerda,

governador da Guanabara e um dos apoiadores de Jânio Quadros, voltou-se ferozmente contra seu antigo aliado e, em discurso radiofônico no dia 24 de agosto, criticou veementemente o presidente, sendo esse ato o estopim para a renúncia do mandatário no dia seguinte (CHAIA, 1992).

A difícil posse do vice, João Goulart, já indicava as problemáticas que viriam a acontecer no Brasil. Considerado herdeiro da cultura política trabalhista, sobretudo do legado varguista (FIDELIS, 2018, p. 29-31), Jango (como era conhecido) possuía ampla resistência dos setores mais conservadores da sociedade e, por conta disso, não teve sua posse garantida, tendo uma intensa negociação para que assumisse o cargo sob o regime parlamentarista (FERREIRA, 2011).

Durante seu governo, Jango passou a lutar para implantar as Reformas de Base e, além disso, manteve a PEI nas mesmas bases de Jânio Quadros, porém em uma postura mais estruturada do ponto de vista ideológico, principalmente em relação à Portugal: se o ex-presidente havia sido ambíguo em relação à sua posição ao país lusitano (RAMPINELLI, 2009), na atual gestão, o Brasil posicionara-se contra a manutenção das colônias lusitanas, entrando em confronto direto com as diretrizes do Estado Novo português.

Se no Brasil a conjuntura política era bastante complexa no início da década de 1960, tal aspecto não era diferente em Portugal, embora por motivos diversos. O sequestro do transatlântico Santa Maria,

com a repercussão positiva a nível mundial sobre o assunto (PAULO, 2011), bem como a perda dos territórios indianos no final de 1961, fizeram com que os movimentos contra a política colonialista fossem aumentando, tanto em solo lusitano (com a censura e a perseguição também se intensificando) como nos territórios africanos, tendo início já com a movimentação ocasionada pelo caso Santa Maria (FIDELIS; PAULO, 2020).

Desde o fim da década de 1950, havia grande pressão da *Organização das Nações Unidas* (ONU) para que as políticas colonialistas fossem desmanteladas e que os países europeus que ainda possuísem impérios regularizassem a situação, cedendo a independência. O governo de Salazar recusou-se peremptoriamente a tal aspecto, sendo que, entre outras coisas, o país europeu dependia financeiramente de suas colônias, além de que, tal perda poderia ser notada como um sinal de fraqueza do governo e, obviamente, do próprio regime (TORGAL, 2009).

No caso do Brasil, a política externa de JK foi bastante próxima da política portuguesa (RAMPINELLI, 2009). No entanto, com Jânio Quadros a perspectiva mudara, ainda que ambígua, sendo aprofundada por João Goulart: mesmo afirmando que a questão das colônias ultramarinas era uma problemática a ser resolvida entre os países envolvidos, o governo brasileiro sempre reconhecia os países ou grupos que declara-

vam independência, o que atingiu em cheio o governo português (VISENTINI, 2016).

Sendo assim, os dirigentes portugueses passaram a se ressentir cada vez mais das atitudes do governo brasileiro evocando, principalmente, a relação de irmandade entre as nações. A situação agravou-se ainda mais em Conferência na ONU em setembro de 1963, a partir do famoso discurso do ministro das Relações Exteriores brasileiro, Araújo Castro, que remeteu aos três D's: Descolonização, Desarmamento e Desenvolvimento (SARAIVA, 2012), indicando uma nova dinâmica para o mundo a partir do processo de independência dos países africanos e asiáticos, bem como a diminuição do caráter bélico dos países e o desenvolvimento das potências emergentes e países mais pobres.

E, dentro dessa perspectiva, um dos principais canais de propagação e de formação dessas ideias e princípios para o público em geral, é a imprensa. Embora não compartilhando da ideia de que a imprensa é um órgão que determina como a população pensa ou manipule essas pessoas ao seu bel prazer ou necessidade, trabalhamos com a ideia de que os órgãos de imprensa buscam, através de suas publicações, influenciar seus leitores de que a sua abordagem sobre os assuntos ali estruturados (e as ausências em suas páginas) é a forma correta de se ver o mundo.

Assim, no campo da imprensa, há uma intensa disputa entre os grupos para que suas perspectivas pre-

valeçam sobre as outras, uma vez que sua capacidade de influência é diretamente ligada à capacidade de arrecadação com propaganda e publicidade, os meios que mantêm a viabilidade da empresa existir ou não. No caso português, havia ainda uma variável presente que tornava o cenário mais complexo, que era o da censura, uma vez que as edições passavam pelo crivo do governo e, em praticamente todas as edições da maioria (ou quase totalidade) dos jornais desse contexto, traziam o aviso de que a edição fora visada pela censura (TENGARRINHA, 1989).

O objeto levantado neste artigo foi o jornal Diário de Lisboa¹, fundado no final do século XIX mas que passou a circular, efetivamente, em 1921, sendo marcado pela independência de suas posições políticas (não estando ligadas a questões governamentais) em seus primeiros anos, tendo tal perspectiva afetada diretamente pelo golpe de Estado em 28 de maio de 1926, e praticamente catapultada com a implantação do Estado Novo, em 1933 (LEMOS, 2006). Vários analistas indicam que o jornal, ao invés de se opor na esfera política, passou a ter uma espécie de resistência contra o governo português ao divulgar a arte moderna em Portugal, assim como as novidades e polêmicas nesse campo, que passavam muitas vezes desper-

1 As edições trabalhadas foram fotografadas no arquivo da Biblioteca Municipal de Coimbra, em Portugal, entre agosto de 2015 e fevereiro de 2016. No entanto, todas as edições do jornal estão digitalizadas e seu acesso é gratuito: <http://casacomum.org/cc/diario_de_lisboa/>.

cebidas ou recebiam pouca importância da censura (MINGA, 2017, p. 243). No entanto, no escopo desse artigo, o enfoque será a parte política, sendo que a análise concentrar-se-á na abordagem e perspectiva sobre os assuntos políticos do jornal.

Para esse artigo foram analisadas as edições desde o segundo dia de janeiro até o dia 13 de abril de 1964, totalizando 102 datas. Nas maiorias dessas havia mais de uma edição, embora praticamente não existiu modificações em seus conteúdos. A manchete e a capa eram dedicadas às informações do próprio país, embora com pequenos textos e chamadas sobre situações em países estrangeiros e, no caso brasileiro, nesses mais de três meses a política do país sulamericano ocupou 10 vezes o posto principal do jornal, sendo seis delas seguidas (entre os dias 1 e 6 de abril).

Nessa perspectiva, a análise em si buscou detalhes de todas as notícias relacionadas à política brasileira, com a maioria das informações colhidas da página *Notícias do Estrangeiro* (que, normalmente, ficava no meio do jornal). Além disso, também foram analisados textos próprios do jornal referentes ao Brasil além da coluna *Cartas do Brasil*, do cineasta e jornalista Chianca de Garcia, normalmente de frequência semanal e que trazia aspectos do cotidiano do Brasil com enfoque na cultura e, esporadicamente, em política.

É importante frisar, por fim, que a maioria das notícias analisadas eram das agências de notícias

internacionais, sendo as mais usuais a *Agência Noticiosa de Informações* (ANI, do próprio país lusitano), a *France Press* (FP) e a inglesa Reuters. No entanto, embora os outros jornais portugueses também utilizassem essas mesmas empresas e também eram visados pela censura, as notícias veiculadas não eram as mesmas, o que demonstra que o aproveitamento das informações que chegavam dessas empresas não eram, necessariamente, automáticas. Além disso, tais disposições também podem ser interpretadas como parte integrante da cultura política das publicações, uma vez que a seleção das notícias, bem como a disposição dessas nas páginas do jornal, influenciavam o foco de seus leitores, denotando os interesses daqueles que dirigiam a publicação.

2. As primeiras notícias e o clima instável no Brasil

Os primeiros dias de janeiro foram marcados pela abordagem de pequenos incidentes e manifestações contra o governo brasileiro. Na capa das edições do dia 15 de janeiro, uma pequena nota anunciava que “a agitação social no Brasil começou” ao relatar uma greve generalizada dos trabalhadores do transporte na maioria dos estados do Norte do país (DL, Uma greve geral paralisa a maioria dos transportes no Norte do Brasil, 15/01/1964). Já nas edições do dia 17 de janeiro, o texto *Agrava-se no Brasil a agitação*

social trouxe, como de costume, uma compilação de notícias do FP sobre a situação no país, indicando a gravidade das “agitações” (greves em vários estados no Brasil), dando destaque para declarações de João Goulart, que pedia a resolução da greve do gás na GB e declarou que “Os cidadãos do Rio não podem continuar a ser vítimas da intransigência e da mistificação de um simples aspirante á presidência da Republica”, fazendo alusão à Carlos Lacerda, apontado pela publicação como inimigo de Jango e que teria acusado o presidente de ter fomentado a greve em si (DL, *Agrava-se no Brasil a agitação social*, 17/01/1964).

No dia seguinte, o DL noticiou as homenagens que Carlos Lacerda receberia de 20 instituições portuguesas no Brasil, por conta dos festejos do quarto centenário do Rio de Janeiro (DL, *PORTUGUESES VÃO HOMENAGEAR CARLOS LACERDA*, 18/01/1964). Em 25 de janeiro a publicação portuguesa deu destaque para declarações de Lacerda, nas quais o político reforçara que o sistema colonialista mantido por Portugal era legítimo, colocando em cheque seus críticos:

Não queremos de modo algum que o princípio da associação e do debate no parlamento internacional, que é a Organização das Nações Unidas, sirva de cobertura ou de biombo para a submissão diante da arrogancia do poderoso e para a arrogancia diante da humildade do fraco (...) “Em nome de um anticolonialismo posticho, formal e esteriotipado, divisa, por igual, celebrar, com justiça, o advento de novas nações independentes e a forçar nações, pelo facto de serem pequenas e desprotegidas, a abrir mão de províncias suas, de Es-

tados seus, como Angola e Moçambique, cujos povos não disseram, até agora, que pretendam ser independentes de Portugal, a que pertencem” (DL, Não queremos que a O.N.U. seja submissa diante do poderoso e arrogante perante o fraco - declarou Carlos Lacerda, 25/01/1964).

A partir da fala de Lacerda destacada, é possível evidenciar a posição instituída no jornal, acentuando o incômodo que a política externa do governo João Goulart causava à Portugal, tendo um grande esforço em demonstrar que não eram todos os brasileiros que pensavam como o governo, e que havia esperança do país sul-americano voltar a ter a “mesma perspectiva” de antes.

No início de fevereiro, as notícias e textos destacados passaram a ter um tom ainda mais crítico em relação às ações governamentais. Nas edições do dia 05, pequena nota na capa evidenciava um déficit no orçamento brasileiro, relacionado à 1963, de 504 bilhões de cruzeiros (DL, Orçamento brasileiro, 05/02/1964). Dois dias depois, foi publicado um texto, com destaque nas capas das edições do DL, com base em reportagem do jornal brasileiro *O Globo*, sobre a possível legalização do *Partido Comunista* (PC) no Brasil (DL, Prepara-se no Brasil a legalização do Partido Comunista - escreve o jornal “O Globo”, 07/02/1964).

Nas edições do dia 15, a publicação deu amplo destaque para a formação da Frente Popular, agru-

pamento de núcleos de esquerda que procuravam propor um nome para a candidatura a presidente de 1965. A publicação indicou que os pontos defendidos pela Frente eram os mesmos do governo, entre eles as Reformas de Base (em especial a Agrária), extensão do voto aos analfabetos e a legalização do Partido Comunista (DL, As esquerdas brasileiras unir-se-ão brevemente numa frente popular, 15/02/1964).

3. Radicalização do processo político: Jango x Lacerda

No mês de março, as páginas do DL contrapuseram, de maneira incisiva, o presidente brasileiro e o governador da Guanabara. O primeiro grande polo de tensão foi o comício convocado por Jango para o dia 13, no qual ele prometera expor melhor sobre as Reformas de Base e as mudanças que faria no Brasil (DL, Teme-se um atentado contra Goulart no comício do dia 13?, 01/03/1964).

Nos dias seguintes, a publicação portuguesa foi evidenciando a crescente tensão no Brasil. No dia 10, o DL indicou que o governador não conseguira evitar a realização do comício e, pela primeira vez, deu espaço a um texto explicativo sobre o que era, de fato, esse polêmico evento. Após chamar a atenção para o fato de que fora marcado em uma Sexta-Feira 13 e tinha a ação dos principais sindicatos do país, ligados aos PTB e PCB, a reportagem indicou a

discordância de Lacerda, dizendo que os comunistas haviam dominado o presidente da República e que, malgrado os seus esforços para a realização do comício, “aconselhava os “democratas” a “suportarem a afronta com paciência” e a não caírem na “armadilha da desordem, armada pela quinta coluna comunista”” (DL, Lacerda não consegue impedir o comício dos sindicatos no Rio, 10/03/1964).

Nas capas das edições do dia 13, havia uma reportagem indicando que, no Rio de Janeiro, havia um grande nervosismo por conta da realização do ato, além de fazer uma análise mais extensa da situação política do Brasil, apontando os problemas políticos desde a renúncia de Jânio Quadros e enfatizando a crise financeira, que seria consequência da turbulência política que não era resolvida (DL, O comício do Rio tem sido aguardado com nervosismo, 13/03/1964).

Nas edições do dia seguinte ao ato, a cobertura desse evento não deu destaque, necessariamente, ao presidente. Embora foi enfatizado, no texto, que o atual mandatário nacional teria sido bastante enérgico durante o comício, assinando dois decretos (um deles expropriando as refinarias de petróleo no país pertencentes a estrangeiros) e sendo ovacionado pelo público, a grande estrela do evento fora, segundo a publicação portuguesa, seu cunhado Leonel Brizola. O principal aspecto da fala fora uma possível reforma constituinte, defendida pelo deputado federal durante sua fala (DL, Lionel Brizzola propôs a eleição de

uma assembleia constiuente que reforme as instituições, 14/03/1964).

Nas edições do dia 16, a primeira manchete do DL dedicada ao Brasil, trazia os seguintes dizeres: *Goulart pediu ao Congresso a remodelação radical das instituições brasileiras*, dando amplo destaque à mensagem enviada pelo presidente ao Parlamento, que propunha várias mudanças na Constituição (DL, Goulart pediu ao Congresso a remodelação radical das instituições brasileiras, 16/03/1964). Nas edições do dia 20, o DL deu amplo destaque para o movimento em São Paulo conhecido como *Marcha da Família com Deus Pela Liberdade*, que ocorrera no dia anterior. Em pequena notícia nas capas, havia o destaque de “dezenas de milhares de pessoas desfilaram (...) protestando contra os planos do presidente João Goulart relativamente a alterações na Constituição”, sendo que os manifestantes empunhavam faixas como “reformas sim, Jango não”, “Abaixo o cancro vermelho” e “Deus e Pátria” (DL, Manifestação em S. Paulo contra o presidente, 20/03/1964).

A cobertura sobre o assunto seguia ativa em suas páginas, com vívido interesse e maior cobertura para os opositores à Goulart. Nas edições do dia 25 de março, o jornal deu amplo destaque às declarações de Lacerda, publicando vários trechos de sua entrevista à revista *Manchete* e traçando seu perfil biográfico. Fazendo contraponto a Jango, Lacerda colocava-se como o político democrático de fato, além de negar

subserviência aos EUA (disse que não era candidato dos “trustes”, como os grupos de esquerda colocavam) ou a interferência desse país na política interna brasileira. Por fim, teceu elogios ao Exército (dizendo que esse manteria a ordem e evitaria uma possível guerra civil) e assentou sua futura candidatura à presidência da República em uma base popular e democrática: “A minha candidatura assenta apenas na confiança do povo e em nada mais (...) Os inimigos da democracia sabem que me encontrarão pela frente se tentarem um golpe de Estado (...)” (DL, Lacerda diz não acreditar na possibilidade de guerra civil, 25/03/1964).

4. O arrefecimento e o golpe

No dia 26, foi noticiado que dez sargentos e marinheiros da Armada brasileira foram condenados a dez dias de prisão por terem participado de “reuniões sindicais de carácter político”, sendo que o Ministro da Marinha, Silvio Mota, declarou que “não competia aos militares discutir os problemas nacionais, embora tenham o dever de estudar e compreender” (DL, A oposição a Goulart pretende constituir um “bloco democrático”, 26/03/1964).

A informação, rápida e objetiva, sobre a prisão das lideranças da Marinha dariam origem à segunda manchete do DL relacionada ao Brasil, em 27 de março, demonstrando o desencadeamento dessas ações no território brasileiro. No clichê principal, estava

destacado os dizeres *Goulart mandou prender os marinheiros barricados num sindicato no Rio*, indicando que, após a chegada do presidente ao Rio de Janeiro, vários marinheiros se rebelaram contra as prisões, entrincheirando-se em um sindicato de metalúrgicos na antiga capital brasileira (DL, “Goulart mandou prender os marinheiros barricados num sindicato no Rio”, 27/03/1964).

Nas edições do dia 29, a terceira manchete do DL em relação ao Brasil retornava ao tema, indicando os desdobramentos na política brasileira: *Oficiais da Marinha brasileira apresentaram um ultimato ao ministro*, trazendo as informações da demissão de Silvio Mota e da posse de Paulo Mário da Cunha Rodrigues que, com a aprovação de Jango, anistiará todas as lideranças envolvidas no processo (DL, “Oficiais da Marinha brasileira apresentaram um ultimato ao ministro”, 29/03/1964). Como resposta a tal aspecto, o jornal noticiara a entrega de um documento, assinado por 1500 lideranças da Marinha, pedindo a revogação dessa anistia e a punição dos responsáveis pelo evento, além de conter críticas ao “namoro” de Jango com os comunistas, indicando uma infiltração desse grupo no governo (DL, Não se teriam registrado os motins do Rio se os oficiais da Marinha brasileira afinassem pelo diapasão do nacionalismo - declarou o novo ministro Cunha Rodrigues, 29/03/1964).

Na quarta manchete dedicada ao caso, no dia 31 de março, o DL indicava que *Goulart convidou os sar-*

gentos a defenderem o Governo na sua campanha de reformas, pontuando a resoluta perspectiva do presidente em manter essas reformas. Em reportagens complementares no interior do jornal, indicava-se um rompimento entre o governo e parte da opinião pública (foram elencados os oficiais da Marinha, parte do clero, os proprietários rurais e a maioria da grande imprensa) (DL, *É completo o rompimento entre João Goulart e os inimigos das reformas*, 31/03/1964).

As capas das edições do dia 01 de abril foram dedicadas, quase que em sua integridade, aos acontecimentos no Brasil, tendo como pano de fundo a movimentação militar iniciada em Minas Gerais e seus desdobramentos, com a manchete: *As tropas de São Paulo marcham sobre o Rio para deporem Goulart*. Na reportagem que seguiu a manchete, o foco recaiu nas declarações de Ademar de Barros, que indicava que as tropas militares do estado se juntariam as de Minas Gerais contra Jango, que a ação era necessária contra o comunismo: “Temos de barrar o caminho ao bolchevismo. O povo de São Paulo, tal como o povo de Minas Gerais, ergue-se nesta altura como um só homem, sob a bandeira verde e amarela, sem foice nem martelo, para defender a nação” (DL, “*As tropas de São Paulo marcham sobre o Rio para deporem Goulart*”, 01/04/1964).

A página *Notícias do Estrangeiro* foi dedicada, praticamente na íntegra, às movimentações no Brasil. Entre os inúmeros textos, imagens e destaques da-

dos, os principais nomes apontados pelas reportagens para a movimentação foram do General Olímpio Mourão Filho (líder da movimentação em MG), do General Amaury Kruel (comandante do Exército em São Paulo) e de Ademar de Barros (DL, Figuras dominantes da presente crise, 01/04/1964). Estranhamente Carlos Lacerda, que aparecia como o grande protagonista da oposição contra Jango, teve destaque bastante tímido nessas edições, sendo apenas citado e com breves comentários, indicando que seu palácio estava cercado por membros do Exército ainda fieis a João Goulart e que soldados da polícia militar do Rio de Janeiro estavam fazendo a defesa do governador da Guanabara (DL, Carlos Lacerda manifesta-se, 01/04/1964).

Diário de Lisboa

DIRECTOR — NORBERTO LOPES
DIRECTOR-ADJUNTO — MARIO NEVES

TELEF.: 32071 a 32073, 22114 a 21115
ENDEREÇO TELEGRÁFICO: D 1 8 0 A

REDAÇÃO, COMPOSIÇÃO E IMPRESSÃO
LUA LUZ SORIANO 44 a 48 — LISBOA

PROPRIEDADE DA RENASCENÇA GRÁFICA
ADMINISTRAÇÃO — RUA DA ROSA, 31, 2

EDITOR: J. CRISÓSTOMO DE SA
NÚMERO AVULSO: UM ESCUDO

As tropas de São Paulo marcham sobre o Rio para deporem Goulart

— declarou Adhemar de Barros ao mesmo tempo que anunciou apoiar a revolta de Minas

RIO DE JANEIRO, 1 — (R.) — O governador do Estado de S. Paulo, Adhemar de Barros, declarou pela rádio, às primeiras horas do hoje, que tropas de São Paulo marcham sobre o Rio de Janeiro, para apoiar a revolta do Exército contra o presidente João Goulart.

Entretanto, anunciou-se que soldados pró-governamentais do Primeiro Exército tentavam sufocar a rebelião desencadeada pelo Quarto Exército, no Estado de Minas Gerais.

ADHEMAR REVELOU QUE OS PREPARATIVOS DATAM DE MÊS LONGOS MESES

RIO DE JANEIRO, 1 — (F. P.) — Adhemar de Barros afirmou a sua solidariedade com o povo de Minas Gerais num manifesto dirigido pela rádio e pela TV à população do seu Estado.

«Estou pronto a defender com a vida a Constituição, as liberdades humanas e o regime de algumas dezenas de dirigentes atrevidos foram grandes, em alguns momentos» — declarou. E, depois

de Minas Gerais, ergue-se nesta altura como um só homem, sob a bandeira verde e amarela, sem fôlego nem maré, para defender a nação.

O Segundo Exército, ao ordem do general Amansy Kruel, marchou sobre o Rio de Janeiro a fim de tentar depor o presidente Goulart — disse Adhemar de Barros.

Acrescentou que as tropas do Segundo Exército já se encontram na fronteira dos dois Estados, no Vale do Paraíba.

«O Segundo Exército (o de São Paulo, tal como o povo de São Paulo) estava prepara-



João Goulart — firmeza e decisão nas horas mais difíceis para esta missão patriótica. Os seus preparativos, mantidos secretos, datam de há tempos meses — disse ainda Adhemar de Barros.

LACERDA: ESTA GANH A PARTIDA

«Com a adesão do general Amansy Kruel, comandante do Exército de São Paulo, a causa da democracia, estamos certos de que está ganha a partida, e de que os comunistas e os seus amigos serão expulsos do Poder» — declarou, a noite passada, a Imprensa

Pernambuco Solidário com Jango

RIO DE JANEIRO, 1 — (F. P.) — O Estado de Pernambuco está solidário com o Poder executivo — declarou o governador estadual Miguel Arraes, numo proclamação ao país.

«A população de Pernambuco está pronta a apoiar o Governo no seu programa de reformas contra todos os que se esforçarem por tentar a aventura» — disse o governador.

Nas opiniões dos observadores, o movimento preparava que o Governo Federal está a realizar o caminho das forças populares e os representantes das forças populares de todos os Estados. Com efeito, Miguel Arraes é considerado no Brasil como dirigente da renascença praticante.

Greve geral da C. G. T. contra os governadores adversários do Presidente da República

RIO DE JANEIRO, 1 — (F. P.) — A Confederação Geral do Trabalho ordenou uma greve geral às 6 horas locais. O movimento tem a defender a democracia contra as actividades fascistas dos governadores Magalhães Pinto (Minas Gerais), Adhemar de Barros (São Paulo), Carlos Lacerda (Guanabara) e João Mineghetti (Rio Grande do Sul).

Os striquistas exortaram à solidariedade os sargentos e graduados das Forças Armadas. A nota da C. G. T. ainda pede que algumas dezenas de dirigentes atrevidos foram grandes, em alguns momentos, nomeadamente nos de São Paulo a Guanabara.

que os Ministérios da Tribuna de Imprensa, favorável ao governador Lacerda, se recusaram a cumprir o jornal.

• Nas páginas 10 e 16, outras notícias sobre a revolta no Brasil.



Mapa do Brasil, indicando a localização das principais cidades onde se está a lutar o futuro do nosso país. A lei marcial foi imposta em São Paulo e em toda capital, Belo Horizonte, e iniciou a revolta militar. Foram exigidas libertades nas estradas que ligam Belo Horizonte ao Rio de Janeiro, São Paulo e Brasília

MOTORISTAS E LINOTIPISTAS REGRUAM-SE

LHAR

Os motoristas das câmbios encarregados da distribuição do jornal do Brasil, declararam-se em greve, durante a madrugada, quando o jornal devia ser posto à venda.

De acordo com a nota distribuída, pela Federação, a razão da greve é a ineficácia satisfatória marcada ultimamente por aquele diário, no senso de tudo, no tom dos títulos do jornal, que procura levar o Governo Federal.

De fonte sindical indicam também

Diário de Lisboa
HOJE 24
PAGINAS
nas quais se inclui
«DA MULHER E DA CRIANÇA»
VISADO PELA CENSURA

Promulgada em Espanha uma amnistia política

MADRID, 1 — (F. P.) — Por ocasião do 25.º aniversário da vitória nacionalista na guerra civil de Espanha, o generalissimo Franco decidiu promulgar uma lei de amnistia em toda a parte.

«A suspensão, no registro de quaisquer referências a condutas ou factos criminosos e relativos, durante as hostilidades e a ausência de facto, das penas que ainda não foram cumpridas».

«É a redução de um sexto de todas as penas aplicadas por delitos políticos de direito comum cometidos depois do fim da guerra civil».

TRATADO DE NONA AMNISTIA CONCEBIDA pelo chefe do Estado espanhol, o primeiro foi promulgada em 1954 e a última em 24 de Junho de 1960, por ocasião da eleição do Sr. Franco, IV.

DECLARAÇÕES DE FRANCO MADRID, 1 — (A. N. 13) — «É no sistema monárquico que melhor atende à nossa estrutura e ao carácter dos nossos princípios — economia e germinalismo. Franco, em entrevista concedida em exclusivo

no jornal «ABC», comemorando os 25 anos do termo da guerra civil. «Conscientes da evolução do Mundo, preparámo-nos para continuar a promover as nossas instituições e a desenvolver-las, bem como para realizar novas leis, que dêem lugar a um novo sistema de organização do Governo e o sistema para as suas funções» — afirmou o generalissimo.

Além disso, o regime monárquico em Espanha, declarou.

«Não me refiro à monarquia liberal, que todos nós conhecemos, mas a uma monarquia social, popular e representativa, que proporcione ao chefe do Estado e ao chefe do Governo o sistema para as suas funções» — afirmou o generalissimo.

Embaixador da Argentina BUENOS AIRES, 1 — (A. N. 13) — O Ministro dos Negócios Estrangeiros anunciou que o diplomata Revuelto Pastor, foi nomeado embaixador da Argentina em Portugal.

TRANSPORTADO PARA O PORTO NOS AVIOES DA FAB

Fig. 1 - Capa da primeira edição do dia 01 de abril, praticamente dedicada inteira ao Brasil

Nas edições do dia seguinte, a sexta manchete voltada ao Brasil indicava, de certa forma, o desfecho do movimento feito no Brasil: *Mazzili prestou juramento como presidente do Brasil por ausência de Goulart*, relatando a pressão para que Jango renunciasse (esse disse que não se demitiria nem daria um tiro no próprio coração, em alusão direta a Vargas) e descrevendo a tumultuosa sessão do Senado, na qual Auro de Moura Andrade declarou vaga a presidência (DL, Mazzili prestou juramento como presidente do Brasil por ausência de Goulart, 02/04/1964).

Várias reportagens, nas duas páginas de textos publicados sobre o Brasil, traziam descrições bastante minuciosas dos fatos e acontecimentos desses últimos dias, como uma forma de deixar bastante claro, para o leitor português, os acontecimentos do país sul-americano. O único texto de autoria do próprio DL (embora, como de costume, sem assinatura), intitulado *Ordem e progresso*, possuía um caráter apaziguador, procurando não se posicionar e evocando, novamente, os laços de fraternidade entre os povos, indicando que torcia para o Brasil independente de quem o governasse (DL, Ordem e progresso, 02/04/1964).

A sétima manchete referente ao Brasil, *Permanece o mistério à volta do paradeiro de João Goulart*, indicou que não se sabia onde estava o ex-presidente e que isso causava um certo incômodo aos organizadores da sua saída, uma vez que ainda havia uma possibilidade, mesmo que muito remota, de existir

alguma reação (DL, Permanece o mistério à volta do paradeiro de João Goulart, 03/04/1964). Além disso, em mais um texto de autoria própria, intitulado *Depois da vitória*, indicou que a chegada aos militares ao poder trouxera de volta a tranquilidade ao país e que Jango, de maneira acertada, optara por não resistir ao perceber que seria facilmente derrotado e evitara derramamento de sangue desnecessário (DL, Depois da vitória, 03/04/1964).

Ignorando as violências cometidas contra os opositores ao golpe nesses primeiros dias (NAPOLITANO, 2014), inclusive a reportagem da própria manchete, que indicava que a perseguição aos sindicalistas e aos simpatizantes do antigo governo continuavam (DL, Permanece o mistério à volta do paradeiro de João Goulart, 03/04/1964), o DL finalizou o texto exatamente retomando o princípio do bom relacionamento entre os povos, o que significava, peremptoriamente, que o novo governo apoiasse as medidas colonialistas e a manutenção de um estado autoritário em terras lusitanas:

Pelo que nos diz respeito, isto é, pelas implicações que a nova ordem política brasileira pode ter nas relações oficiais com o nosso País, é de prever que a atitude do Brasil se modifique no sentido de uma compreensão mais ampla e de uma fraternidade mais íntima. Kubitschek de Oliveira, Carlos Lacerda e Adhemar de Barros, que não deixarão de exercer um papel decisivo no futuro da política brasileira, fizeram a esse respeito declarações peremptórias, que não deixam lugar a dúvidas, e que nos autorizam a esperar uma atitude mais

favorável da delegação brasileira na O.N.U., quando voltar a discutir-se a política ultramarina portuguesa (...) Seja como for, Portugal sente, ocmo (sic) se fossem suas, as dores e as alegrias do Brasil. E a nós, órgão independente, que não subordinamos a nossa opinião a nenhum “mot d’ordre” oficial, compete-nos fazer votos por que o Brasil encontre, desta vez, o caminho definitivo da sua prosperidade e ocupe, como grande nação que é, o lugar que lhe compete no concerto internacional” (DL, Depois da vitória, 03/04/1964).

Ainda nesse mesmo dia, o DL chamou atenção para o apoio incondicional dado pelos EUA ao novo governo, sendo o primeiro país a manifestar-se nesse sentido. Em uma carta dirigida a Mazzilli, o presidente do país norte-americano, Lyndon Johnson, demonstrara apoio incondicional à rebelião militar, colocando-a como uma ação que respeitara a “vontade resoluta”, “dentro de um âmbito de democracia constitucional e sem guerra civil” (DL, O apoio norte-americano ao novo regime foi garantido por Johnson, 03/04/1964).

A oitava manchete do DL (a quarta seguida) destacava que era provável que um militar fosse eleito para terminar o mandato de João Goulart e não um civil (DL, Quinhentos oficiais brasileiros pretendem a eleição imediata de um general para a Presidência, 04/04/1964). Essa perspectiva veio de uma moção, publicada pelo Clube Militar, que pedia a eleição de um militar, em caráter urgente para, segundo declarações do presidente da instituição, Augusto Magessi, “a completa irradiação dos comunistas colocados em

posições de chefia. Existe absoluto acordo a este respeito entre os oficiais das três armas” (DL, Quinhentos oficiais brasileiros pretendem a eleição imediata de um general para a Presidência, 04/04/1964).

A reportagem *Prisões no Brasil de sindicalistas, políticos e militares que apoiavam o presidente Goulart* evidenciava, de fato, o que o DL vinha negando no dia anterior e contradizendo, de certa forma, grande parte das reportagens postadas até então: de que não havia violência nem perseguições em todo o processo. Embora existisse a ênfase de que não haveria revanchismos, também era pela “ordem” que nomes ligados ao comunismo deveriam ser afastados para a manutenção da paz no país (DL, *Prisões no Brasil de sindicalistas, políticos e militares que apoiavam o presidente Goulart*, 04/04/1964).

A nona manchete relacionada ao país (quinta seguida), das edições do dia 05 de abril, enfatizou que o Uruguai recebeu Goulart como refugiado político, uma vez que este não havia renunciado, mas sim tinha sido deposto da presidência brasileira (DL, *O Uruguai recebeu Goulart como refugiado político por este não haver renunciado*, 05/04/1964). Nesse mesmo dia, em mais uma entrevista de Ademar de Barros, concedida a United Press, o governador paulista voltou a reafirmar os mesmos princípios de antes, dessa vez acrescentando duas informações importantes: um dos principais aspectos era recuperar a confiança dos EUA no Brasil, que estaria abalada com o governo João

Goulart, aspecto aventado por parte da imprensa no período e bastante explorado na historiografia (FICO, 2008) e que a decisão sobre essa ação teria sido tomada no dia 19, após o presidente ter entregue vários cargos de confianças aos “comunistas confessos” e, por fim, indicando que a ação de Olímpio Mourão Filho havia sido independente, que o planejamento eram as tropas de São Paulo e Minas Gerais deslocarem-se no dia 02, sendo que o grupo que saiu de Juiz de Fora acabou mudando parcialmente a logística da ação, embora não substancialmente (DL, Foi tomada no dia 19 a decisão do recurso ao movimento armado - declarou Adhemar de Barros, 05/04/1964).

João Goulart voltou a ocupar a manchete das publicações do dia seguinte, a sexta seguida: *Goulart reafirma não renunciar à presidência do Brasil tencionando permanecer no Uruguai*, com a abordagem de sua entrevista coletiva concedida em solo uruguaio. Após reafirmar que não renunciara e que sofrera um golpe de Estado, o político novamente defendeu sua proposta de reformas e defendeu-se das acusações dos mentores da rebelião que ocorrera, indicando que: “O meu governo” (...) “achou sempre que a melhor maneira de combater o comunismo era atender às reivindicações populares. Sem isso, já mais (sic) poderão combater-se doutrinas contrárias aos sentimentos cristãos do povo brasileiro. Nunca fui comunista e todo o Brasil o sabe (DL, Goulart reafirma não

renunciar à presidência do Brasil tencionando permanecer no Uruguai, 06/04/1964).

A movimentação sobre o Brasil deixou as manchetes do DL, mas continuou sendo observado pela publicação portuguesa com vivo interesse. Em reportagem do dia 08 de abril, a eleição de Castelo Branco era dada como certa (uma vez que ele tinha apoio dos principais grupos políticos, incluindo o PSD e JK) (DL, As esferas políticas brasileiras concentram agora a sua atenção na escolha do vice-presidente, 08/04/1964). E, após grande destaque dado a Ademar de Barros, Carlos Lacerda voltou a ser colocado como elemento central da política brasileira, apontado como o “ideólogo” do movimento militar e lembrado por uma de suas alcunhas mais famosas, a de “demolidor de presidentes” (DL, Lacerda destaca-se entre os promotores do último movimento, 08/04/1964).

Com reportagem de grande destaque, a publicação portuguesa anunciou as mudanças provocadas pelo “Acto Institucional”, que confirmava o poder aos militares e subordinava a Constituição ao novo poder instituído. Na reportagem, chamou-se atenção para as declarações do ministro da Guerra, Artur Costa e Silva, que indicou que o Ato fora consumado pelos militares após o Congresso se recusar a aprovar uma lei que instituíra as mesmas bases contidas nele (DL, A constituição brasileira é alterada pelo Acto Institucional (anunciado pelos militares) e o Congresso fica-lhe subordinado, 11/04/1964).

Nas edições desse dia, também foi publicada uma entrevista de Vasco Leitão da Cunha, nomeado Ministro das Relações Exteriores no Brasil, assegurando que o Brasil estaria ao lado de Portugal em todos os aspectos, apoiando incisivamente sua política ultramarina, em discussão na ONU (DL, O Brasil definiu já uma posição relativa ao Ultramar português - declarou Vasco Leitão da Cunha, 10/04/1964). E, por fim, no texto *A revolução brasileira define-se*, de autoria própria, o DL confirma a visão estruturada no texto de autoria própria anterior, reforçando o apoio à nova situação no Brasil e confiando aos militares um novo rumo positivo à ex-colônia: “Dir-se-ia que as forças que verdadeiramente governam o Brasil se cansaram de vez de um regime em que - segundo se afirma no preambulo do Acto Institucional - “os métodos constitucionais não funcionaram” para afastar um Governo que se dispunha a “bolchevizar” o país” (DL, A revolução brasileira define-se, 10/04/1964).

Em 11 de abril, a eleição para presidente no Brasil foi destacada no jornal, noticiando a vitória praticamente certa de Castelo Branco. Nessa mesma reportagem foi publicada uma nota biográfica, feita pela FP, bastante laudatória ao provável novo presidente brasileiro, colocando-o como ferozmente anticomunista mas moderado, sem quaisquer ligações com partidos políticos (DL, O Congresso brasileiro reúne-se hoje para proceder à eleição do presidente, 11/04/1964). Por fim, nas edições do dia seguinte, foi confirmada

a eleição de Castelo Branco, que indicou em seu discurso que seu objetivo “é restabelecer a legalidade, revigorar a democracia, restabelecer a paz e promover o progresso e a justiça social”, além de comprometer-se a entregar o cargo ao vencedor da eleição de 1965 (DL, O general Castelo Branco eleito ontem presidente do Brasil comprometeu-se a entregar as rédeas do governo ao seu sucessor escolhido em 1965, 12/04/1964).

E, na coluna Cartas do Brasil, Chiacra Garcia fez um relato bastante preciso dos acontecimentos factualmente, chamando a atenção para os erros que, em sua opinião, João Goulart teria cometido, resumindo em dois aspectos: forçar o Congresso a aprovar as reformas de base, utilizando elementos populares para tal, além de acreditar que conquistando o apoio dos militares de baixa patente, conseguiria fazer frente aos seus chefes, concluindo da seguinte forma:

Agora, segundo parece, Goulart está na disposição de resistir, de lutar, se tiver meios para isso. Mas lutar para quê? Resistir a quem? Às Forças Armadas? Ao Congresso? Ao novo Presidente da Republica? Lutar para quê? Para continuar insistindo naquilo que nunca poderá realizar? Resistir até morrer? Morrer com honra? Criar nos sertões brigadas á Fidel Castro? Não. O Brasil não é Cuba (...) É claro, os adversários nesta longa controvérsia todos atiram, ao rosto uns dos outros, a mesma palavra: - Democracia. Meu Deus! Mas onde ela está, que ninguém a vê? (DL, CARTAS DO BRASIL, 12/04/1964).

5. Conclusão

Nesses três meses analisados no artigo, embora o DL, assim como todas as publicações portuguesas no período, estivesse sob censura, ainda sim foi possível traçar o perfil do jornal em relação à cobertura da política brasileira, tanto aos textos selecionados das agências estrangeiras como dos (poucos) textos próprios sobre o tema. Em todo esse tempo, a cobertura deu mais espaço para os opositores ao governo de João Goulart, em especial na figura de Carlos Lacerda, jornalista e político que obteve maior espaço nesse período (eclipsado apenas nos dias após o golpe, no qual Ademar de Barros, nome também frequente nas páginas do periódico português, ganhou mais destaque).

Assim, o perfil do governo Jango nesse período passou de pequenas agitações provocadas por movimentos sociais até à subversão instituída pela infiltração comunista no governo, narrativa essa fortalecida pelos textos propagados no DL, sobretudo, após o comício da Central, do dia 13 de março. Em relação ao golpe, o posicionamento do periódico foi positivo, sinalizando que a ação era necessária e que o novo governo que viria traria uma nova era no horizonte turbulento do país.

Sendo assim, pelas páginas do jornal pesquisado, é possível observar e analisar a construção da imagem da política brasileira destinada ao público portu-

guês, (in)formando seus leitores sob sua própria lente, demonstrando que, longe de ser uma publicação isenta (questão também inexistente no jornalismo em geral), mesmo sob a censura do Estado Novo, ainda sim possuía elementos o suficiente para elaborar seu perfil sobre os acontecimentos no campo político brasileiro.

Referências

- BENEVIDES, Maria V. *O Governo Kubitschek: desenvolvimento econômico e estabilidade política, 1956-1961*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- CHAIA, Vera L. *A liderança política de Jânio Quadros (1947 – 1990)*. Ibitinga: Humanidades, 1992.
- Diário de Lisboa*, Edições de Janeiro à Abril de 1964.
- FERREIRA, Jorge. *João Goulart: uma biografia*. 3^o ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.
- FICO, Carlos. *O Grande Irmão: da Operação Brother Sam aos anos de chumbo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- FIDELIS, Thiago; PAULO, Heloísa. A bordo do Santa Maria: a luta anticolonialista e a oposição portuguesa pelas páginas de Última Hora (1961). *Revista História das Ideias*, Vol. 38. 2^o Série (2020), p. 95-117.
- FIDELIS, Thiago. *PRETO NO BRANCO: as crises políticas institucionais pelas páginas de O Estado de S. Paulo e Última Hora (1954/1956)*. Tese (doutorado) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, 2018.
- LEMONS, M. M. *Jornais Diários Portugueses do Século XX. Um dicionário*. Coimbra: Ariadne Editora e CEIS20, 2006.
- MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. *Presença dos Estados Unidos no Brasil: dois séculos de história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1973.
- MINGA, Ester Amaral de Paula. As relações entre Portugal e Brasil durante a invasão aos enclaves de Dadrá e Nagar-Aveli nas páginas do Diário da Manhã, Diário de Lisboa e Novidades. *Estudos em Comunicação*, n^o 25, vol. 1, dezembro, 2017.
- NAPOLITANO, Marcos. *1964: História do Regime Militar Brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2014.

PAULO, Heloísa. 1961: o Assalto do Santa Maria e o Desmoro-
ronar do Regime Salazarista em Portugal, *História Revista*,
16(1), 2011, 53-80.

RAMPINELLI, Waldir José (2009). A política internacional
de JK e suas relações perigosas com o Colonialismo portu-
guês, *Esboços: histórias em contextos globais*, v. 15, n. 20,
275-289.

SARAIVA, José Flávio Sombra. *África parceira do Brasil
atlântico: relações internacionais do Brasil e da África no
início do século XXI*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.

TENGARRINHA, José. *História da Imprensa Periódica Por-
tuguesa*. 2ª edição revisada e ampliada. Lisboa: Caminho,
1989.

TORGAL, Luís Reis. *Estados novos, estado novo: ensaios de
história política e cultural*. 2 vol. 2ª ed. Coimbra: Imprensa
da Universidade de Coimbra, 2009.

VISENTINI, Paulo Fagundes. *A relação Brasil-África: pres-
tígio, cooperação ou negócios*. Rio de Janeiro, Alta Books,
2016.